



CIÊNCIA POLÍTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: construção de aprendizagens essenciais significativas

Elizabeth Campos¹

Resumo

Este texto discute o ensino da Ciência Política, através do ensino da Sociologia escolar, direcionando o olhar para a categoria política, expressa na Base Nacional Comum Curricular, como aprendizagem fundante para a investigação e o saber. Tomando como referência os conceitos e princípios da aprendizagem significativa, desenvolvida por pesquisadores no final da década de 90, (AUSUBEL, 1978; NOVAK, 1981; MOREIRA, 2012), processo por meio do qual um novo conhecimento agrega-se a um aspecto relevante, pré-existente na estrutura cognitiva do estudante, ou seja, novas informações associadas com estruturas conceituais já existentes. O objetivo deste texto tem o propósito de compreender que uma aproximação com a realidade social, envolve também uma dimensão dialética histórica dos fenômenos políticos, integrando, desta forma, os conceitos da Sociologia escolar, contribuindo para uma aprendizagem significativa e essencial, da categoria política, que visa uma formação para uma percepção relacional da vida social.

Palavras-chaves: Ciência Política. Aprendizagem Significativa. Sociologia.

¹Mestra em Educação Profissional e Saúde pela Escola Politécnica Joaquim Venâncio – Fiocruz. Professora de Sociologia da SEDUC - RJ. E-mail: bettyjc.beth@gmail.com

POLITICAL SCIENCE IN BASIC EDUCATION: BUILDING ESSENTIAL SIGNIFICANT LEARNING

Abstract

This text discusses the teaching of Political Science, through the teaching of school Sociology, focusing on the political category, expressed in the National Common Curricular Base, as a foundational learning for investigation and knowledge. Taking as a reference the concepts and principles of meaningful learning, developed by researchers in the late 90s, (AUSUBEL, 1978; NOVAK, 1981; MOREIRA, 2012), a process through which new knowledge is added to a relevant aspect, pre-existing in the student's cognitive structure, that is, new information associated with existing conceptual structures. The purpose of this text is to understand that an approximation with social reality also involves a historical dialectic dimension of political phenomena, thus integrating the concepts of school sociology, contributing to a significant and essential learning of the political category, which aims to training for a relational perception of social life.

Keywords: Political Science. Meaningful Learning. Sociology.

INTRODUÇÃO

Com a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC-2018), vivenciamos mudanças, no que diz respeito à definição dos conhecimentos, que os estudantes têm direito de aprender ao longo das etapas da Educação Básica. Em relação ao ensino médio, este documento evidencia que a organização curricular deve conter um conjunto de habilidades e competências, nas orientações das aprendizagens essenciais, a serem garantidas aos estudantes, por escolas e sistemas de ensino. (BNCC-EM, 2018, p. 547). Ainda em seu texto normativo, a BNCC, descreve que o ensino médio é um período para ampliar e aprofundar as aprendizagens que foram desenvolvidas no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos, sendo seu eixo orientado por uma educação ética (BNCC, 2017, p. 547).

Lembrando que, segundo pesquisa bibliográfica sobre as normativas educacionais, a ideia de necessidades essenciais para a aprendizagem é

referenciada no texto da “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” em 1990, que compreende como instrumentos essenciais, a leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo e a solução de problemas (UNESCO, 1990, art. 1.1). Observamos que essas ideias são incorporadas na BNCC-EM, mantendo a obrigatoriedade das disciplinas de Português e Matemática em todos os níveis de escolarização e as demais disciplinas expressas por áreas do conhecimento, orientadas por competências e habilidades específicas.

Neste contexto, a Sociologia Escolar integra a área de Ciências Humanas Sociais aplicadas, em que a sua organização curricular não precisa estar contida em uma seriação específica ou permanente, ou seja, sua distribuição ao longo dos três anos, do ensino médio, pode ser ofertada em diferentes modalidades curriculares, trazendo falta de clareza e definição objetiva sobre a oferta do componente curricular. Tal proposta, é válido sinalizar, produz uma aprendizagem sendo esvaziada da totalidade social, em que as chamadas competências substituem as finalidades operacionais do conhecimento acadêmico.

Nessa mesma lei observa-se também, a categorização para as aprendizagens, que segundo o seu texto, não deve ser confundida com temas ou propostas de conteúdo, devem ser explicadas, considerando a capacidade de abstração e simbolização dos estudantes (BNCC, 2018, p. 550), portanto, categorias são elementos de problematização para os conteúdos curriculares, considera as particularidades de seus objetos de conhecimentos e suas características, promovidas no ensino fundamental (BNCC, 2018, p. 550).

Diante dessas questões, algumas ganham destaque: como pensar as aprendizagens essenciais, termo expresso na BNCC, que possam se relacionar aos objetivos educacionais, especialmente na viabilidade dos temas correlatos do ensino da Ciência Política, através da Sociologia escolar e as funções formativas desse conteúdo para o ensino médio?

A proposta deste texto é direcionar o olhar para a categoria “política”, prescrita na BNCC-EM, em torno de uma conceituação que se desenha à ideia de

debate e discussão, como formas fundantes para a aprendizagem e o efeito de suas proposições formativas na construção do saber (BNCC, 2018, p. 550).

As discussões sobre formas de organização do Estado, de governo e do poder são temáticas enunciadas no Ensino Fundamental e aprofundadas no Ensino Médio, especialmente em sua dimensão formal e como sistemas jurídicos complexos. Essas temáticas apresentadas de forma ampla na BNCC, fornecem alguns elementos capazes de agregar diversos temas de ordens econômica, social, política, social, cultural e ambiental e permitem, sobretudo, a discussão dos conceitos vinculados por diferentes sociedades e culturas (BNCC, 2018, p. 556).

A Ciência Política é parte das Ciências Sociais, que se dedica a entender as formações políticas estruturais e suas relações de poder. As ideias de cidadania, poder, direito e Estado, fazem parte de um amplo aporte teórico e metodológico que permite interpretar os diversos aspectos que moldam a vida pública, portanto a Ciência Política nos conduz à compreensão, “para explicar os fenômenos políticos, as quais estão presentes em todas as sociedades” (BODART; FIGUEIREDO, 2011, p. 11).

A partir dessas considerações, abordar os temas da Ciência Política, tomando como referência a análise conceitual da aprendizagem significativa, desenvolvida pelos pesquisadores (AUSUBEL, 1978; MOREIRA, 2012; NOVAK, 1981), combinando os aportes metodológicos da Sociologia Escolar, nas explicações dos aspectos relacionais da vida social, possibilita indicar pistas sobre os caminhos pedagógicos, capazes de promover conhecimentos relevantes, propostos a serem desenvolvidos junto aos estudantes.

1 **Diálogo entre os Saberes da Ciência Política e Aprendizagem Significativa**

O espaço escolar, local legítimo das políticas educacionais, tem o propósito de garantir direitos de aprendizagens, considerando que a inscrição de um direito no código legal de um país, reside na luta em torno de uma nação democrática. Neste caso, compreendo que a ligação entre direito e educação escolar, dimensão

fundante da cidadania, tem a legislação com um dos seus suportes e a presença do Estado como garantia de promover a igualdade de acesso.

Por volta da década de 90, o curso para a Educação Básica de qualidade passou a ser direito de todos no Brasil. De acordo com Cury (2005 p. 5), a educação escolar parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural, neste sentido o acesso ao conhecimento pode alargar a formulação de conceitos e o ato de significar o mundo. Nessa dinâmica, concordo com o autor, que a escolarização não é apenas a reprodução das políticas educacionais, mas também um instrumento de descoberta e interpretação, que coloca questionamentos e princípios para os processos pedagógicos das disciplinas.

A essa linha de análise e reflexão, somamos a ideia de aprendizagem significativa desenvolvida, segundo Moreira (2010), pelo psicólogo norte-americano David Ausubel, nas décadas de 60/70 e aperfeiçoada por Joseph Novac em 1980, que se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos e essa interação é não literal e não arbitrária, os novos conhecimentos adquirem significados para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva (MOREIRA, 2010, p. 2). Assim, de acordo com Moreira (2010), não literal, significa substantiva, é o que o aluno incorpora do novo conhecimento e não as palavras precisas usadas para expressá-las; e não arbitrária significa que a interação não é com qualquer ideia prévia, mas sim com algum conhecimento especialmente relevante já existente na estrutura cognitiva do aluno, no qual Ausubel (1978) denominou de “subsunçor” ou “ideia âncora”.

Podemos dizer que a ideia central da aprendizagem significativa, desenvolvida pelos autores acima citados, baseia-se naquilo que o aluno já sabe, é a estrutura cognitiva prévia, na identificação dos conceitos básicos, que vai ser ensinada, utilizando recursos e princípios que facilitem de forma relevante o conhecimento, portanto a aprendizagem significativa pode resultar não só na conexão de novos conceitos da estrutura cognitiva, mas também em conexões entre

conceitos já aprendidos que eram vistos isoladamente, ou seja, o aluno deve ter a compreensão do que aprendeu e saber dar sentido ao que está aprendendo.

Neste processo, Moreira (2010) salienta que o conteúdo curricular deveria ser mapeado conceitualmente, de modo a identificar as ideias mais gerais e mais inclusivas; os conceitos estruturantes; e as proposições chaves do que vai ser ensinado, deste modo o estudante consegue atribuir significado ao que está sendo aprendido, porém, esses significados têm sempre atributos pessoais e devem ser igualmente “subversivos e críticos.” (MOREIRA, 2005, p. 04). Para o autor, a aprendizagem significativa crítica é aquela “perspectiva que permite ao sujeito fazer parte de sua cultura e, ao mesmo tempo, estar fora dela” (MOREIRA, 2005, p. 18).

Aprendizagem significativa crítica é aquela perspectiva que permite ao sujeito fazer parte de sua cultura e, ao mesmo tempo, estar fora dela. Trata-se de uma perspectiva antropológica em relação às atividades de seu grupo social que permite ao indivíduo participar de tais atividades, mas ao mesmo tempo reconhecer quando a realidade está se afastando, tanto que não está sendo captado pelo grupo [...]. É através dessa aprendizagem que ele poderá lidar construtivamente com a mudança, sem deixar-se dominar por ela (MOREIRA, 2005, p. 18).

Por essa perspectiva, as relações de ensino-aprendizagem possibilitam a formação de estudantes, mesmo inseridos em suas realidades e culturas, e o desenvolvimento da capacidade crítica, enriquecendo os conhecimentos prévios existentes nas estruturas cognitivas, com a integração dos novos conceitos, ainda que em um contexto em que as aprendizagens essenciais propostas em categorias, reunindo um conjunto de habilidades e competências, mobilizem o conhecimento científico.

Pensar o lugar dos conteúdos temáticos da Ciência Política através do ensino de Sociologia, nos remete à transição entre os conceitos construídos das experiências cotidianas e o que se faz presente na consolidação da estrutura conceitual dos conhecimentos difundidos pela escola. Assim, a Sociologia Escolar, “ao possibilitar uma interpretação da vida social desnaturalizada, o faz a partir de suas especificidades epistemológicas e teórico-metodológicas, diferenciando-se das

demais disciplinas” (BODART, 2022, p. 13), contribuindo, para uma formação politizada dos fenômenos sociais.

1.1 **As Aprendizagens essenciais devem ser significativas**

A presença do currículo da Sociologia no campo da educação básica teve o seu marco, em 1996, a partir da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e da Lei nº 11.684 de 2008, tornando concreta a obrigatoriedade da disciplina, passando, então, a ter um conjunto de regulamentações, fundamentado nas Diretrizes e Referências Curriculares Nacionais, desenhando os seus objetivos com potencialidades para promover cidadãos conscientes e críticos.

Neste alinhamento com as políticas educacionais, o discurso que fundamenta o currículo para o ensino da Sociologia passa a agregar conhecimentos da Antropologia e da Ciência Política, instituindo novos caminhos epistemológicos, dominados por uma perspectiva para promover uma formação de jovens críticos, referente aos aspectos da vida social.

Dentro dessa perspectiva podemos considerar que a política é uma categoria central para a análise de questões que permeiam o cenário democrático das relações sociais, embasado em uma perspectiva de justiça social e direito, defendido socialmente. Neste sentido, as políticas educacionais encaminham os seus fundamentos operacionais voltados para uma formação cidadã, o que exige uma compreensão da vida social, assim, educação e democracia caminham juntas em termos normativos.

A noção de democracia é concebida por diferentes autores, como um processo histórico relacionado à soberania popular e no respeito integral dos direitos humanos. Nesta concepção, a democracia representativa é considerada como uma vitória dos movimentos organizados da sociedade, em linha com este pensamento, nas palavras de Benevides (1996), a educação para a democracia comporta: a formação para os valores republicanos, democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis, entretanto, em um Estado democrático,

com uma sociedade como a brasileira, que teve sua configuração estrutural de caráter patrimonialista, “o resultado não poderia ser outro, senão o surgimento de uma memória política vulnerável” (BAQUERO, 2012, p. 89).

Neste sentido, entendemos que a aprendizagem dos conteúdos da Ciência Política não deve somente se prender ao saber de virtudes cívicas ou de comportamentos éticos e respeitosos, mas também resgatar os elementos da cultura política brasileira, que sublinharam momentos importantes da nossa história e deixaram marcas em nossa sociedade, além de estimular o desenvolvimento social e político dos alunos. Nas palavras de Baquero (2012), um dos maiores desafios dos cientistas políticos é tentar explicar o mau funcionamento dos regimes democráticos, considerando a dimensão social. O autor ainda coloca que há na bibliografia trabalhos que consideram que não há associação entre confiança social e confiança política, porém o autor pressupõe que é a confiança política que gera a confiança social (BAQUERO, 2012, p. 86).

Nesta linha de pensamento, concordamos com Feijó (2019), “a imagem que os jovens cidadãos têm da política tradicional ou institucional parece ser negativa, uma vez que as promessas que não são cumpridas pelas instituições públicas acabam minando as suas credibilidade e legitimidade” (FEIJÓ, 2019, p. 101). Deste modo, tais elementos relevantes dos conhecimentos anteriores vão nos dar suporte sobre as concepções teóricas da aprendizagem significativa, com proposta de um novo conhecimento, com a estrutura cognitiva já existente na transmissão de conteúdos que já “fazem parte do cotidiano dos jovens educandos, uma vez que os meios de comunicações e a vivência do dia a dia trazem grandes informações, que fazem parte do escopo da Ciência Política” (FEIJÓ, 2019, p. 107).

Portanto, abordar temas da Ciência Política, comprometida com o debate público, com responsabilidade e consciência crítica (competência n. 06 das Ciências Humanas Sociais Aplicadas), nos remete a examinar o impacto das variáveis histórico-estruturais da cultura política brasileira e situar o desenvolvimento da democracia no contexto atual (BAQUERO, 2012, p. 86).

Nesta perspectiva, a Sociologia escolar, ao dialogar com os conceitos da Ciência Política, abordando as relações estabelecidas entre Estado e sociedade (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania), permite interagir de forma significativa com diferentes contextos e situações da nossa sociedade.

Todavia, apesar do texto da BNCC estar voltado para as aprendizagens essenciais por meio das competências e das habilidades, enfatizando uma formação flexível, através de categorias que vão embasar os conteúdos curriculares, podemos inferir que é preciso, segundo Bodart (2021), refletir de forma historizada, considerando os conflitos e as acomodações que se dão a partir das correlações de poder que conformam cada objeto de estudo (BODART, 2021, p. 148), neste ínterim, o novo conhecimento se ancora em conceitos que considera uma maior dimensão histórica dos fenômenos. Neste contexto, a Sociologia Escolar pode contribuir para a aprendizagem significativa de novos conhecimentos com reflexões, a partir de uma visão relacional da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso propósito foi trazer algumas considerações conceituais a respeito das aprendizagens significativas para a abordagem dos temas inerentes ao pensamento científico da Ciência Política, via Sociologia na Educação Básica, especificamente no ensino médio, entendendo que o processo de aquisição do conhecimento já estabelecido, desenvolvido no cotidiano, evidencia o papel fundamental nas aprendizagens significativas na apropriação e na produção do conhecimento.

Desta forma, ao problematizar e tematizar a categoria “Política” descrita na BNCC, de acordo com a operacionalização de 06 (seis) competências, que se desenvolvem a partir de percepções na interpretação do mundo e de sua configuração atual, vamos nos aproximando, segundo Bodart (2022), de “promover

uma percepção figuracional do mundo social” (BODART, 2022, p. 13) para uma educação voltada para a articulação entre conhecimentos e realidade.

Neste caso, uma aproximação com a realidade social aponta para um suporte metodológico da Ciência Política, que não visa somente a sua discussão, como expressa no texto da BNCC, mas envolve uma dimensão dialética histórica dos fenômenos políticos e, assim, através dessas reflexões, esperamos contribuir para o debate das mencionadas aprendizagens essenciais, expressas nas diretrizes para a área de Ciências Humanas Sociais Aplicadas, a serem oferecidas aos estudantes em particular na abordagem dos temas da Ciência Política, através do ensino de Sociologia no ensino médio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSUBEL, David. *A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel*. São Paulo: Moraes, 1982.

BAQUERO, Marcello. *Memória Política e Constituição da Cultura Brasileira*. Ciências Sociais, Unisinos, vol. 48 (2): 84-92, maio/agosto, 2012.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *Educação para democracia*. Lua Nova, n. 38, p. 223-237, São Paulo, 1996.

BODART, Cristiano das Neves. *Uso de canções no Ensino de Sociologia*. Maceió: Ed. Café com Sociologia, 2021.

BODART, Cristiano das Neves; MORAES, Fábio Monteiro de; TAVARES, Caio dos Santos. *Sociologia e Música: proposta pedagógica*. 1 ed. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2022.

BODART, Cristiano das Neves; FIGUEREDO, Cesar Alexandro Sagrillo (Orgs.). *Ciência Política para o ensino médio*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021.

BODART, Cristiano das Neves; LIMA Wenderson Luan dos Santos (Orgs.). *O ensino de Sociologia no Brasil – 1 ed.* Maceió: Café com Sociologia, 2019.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Educação é a Base*. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDINE, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagem/BNCC>. Acesso em: 10 set. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *O Direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola*. Brasília, Escola de Gestores, 2005, p. 05.

FEIJÓ Fernanda. *Ciências Sociais no Ensino Médio: A Sociologia Escolar como formação democrática*. In: BODART, Cristiano das Neves; LIMA Wanderson Luan dos Santos (Orgs.). *O Ensino de Sociologia no Brasil*, 1 ed. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019.

MOREIRA, Marcos Antônio. O que é, afinal, Aprendizagem Significativa? *Revista Cultural La Laguna*, Espanha, 2012. Disponível em: <http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

NOVAK, Joseph Donald. *Uma teoria da Educação*. Tradução de Marcos Antônio Moreira. São Paulo: Pioneira, 1981.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA – UNESCO. *Declaração Mundial sobre a Educação para Todos* (Conferência de Jomtien). Tailândia. Unesco, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 12 out. 2022.

Recebido em: 30 de novembro de 2022.

Aceito em: 29 de dezembro de 2022

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

CAMPOS, Elizabeth. Ciência Política na Educação Básica: construção de aprendizagens essenciais significativas. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v. 6, n. 2, p. 23-33, 2022.